

Proc. Adm. n.: 0247.237/2021-CPL

Direito Administrativo. Licitações e Contratos.
DISPENSA. **Manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado.**
Aspectos Jurídicos. Análise jurídica prévia.
Valor: **17.200,00**. Aprovação.

RELATÓRIO

1. Trata-se de procedimento administrativo, **na modalidade dispensa de licitação**, com vistas à contratação de **pessoa física** para **Manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado**, com valor previsto de R\$ 17.200,00 (dezesete mil e duzentos reais).
2. Os autos, contendo 1 volume, foram regularmente formalizados e encontram-se instruídos com todos os documentos legalmente exigíveis para o regular processamento, destacando-se, principalmente: *despacho de autorização, informação sobre existência de dotação orçamentária para fazer frente à despesa, despacho do ordenador de despesa, proposta de preços, minuta do contrato e certidões.*
3. Na sequência, o processo foi remetido a esta Assessoria, para a análise prévia dos aspectos jurídicos. Este Parecer, portanto, tem o escopo de assistir a comissão no controle interno da legalidade dos atos administrativos praticados.

ANÁLISE JURÍDICA

4. No caso em análise, prefacialmente destacamos que a escolha pela contratação direta, através de dispensa de licitação, é plenamente possível, eis que há adequação entre o objeto desta dispensa e as hipóteses legais, vejamos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

5. Outrossim, no que concerne ao valor, ei por bem destacar as alterações legislativas promovidas pelo Decreto Presidencial n.: 9.412, de 18.06.2018, que, alterando os valores descritos nos incisos I e II, do art. 24, da lei 8.666, de 21.06.1993, permitiu a elevação do limite financeiro para o cabimento da dispensa. Neste aspecto, sendo o valor da dispensa estimado, *no máximo*, de R\$ 17.200,00 (dezesete mil e duzentos reais), resta obsservado o comando legal.
6. Ademais, pressupõe-se correta a manifestação que requereu os serviços quanto a necessidade de contratação, fundamentada no dever de conservação do patrimônio público ou de bens que estejam a sua disposição.

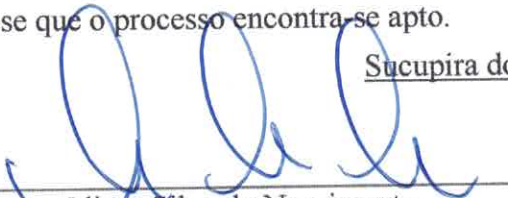
Da justificativa da contratação

7. Sobre a justificativa da necessidade da contratação, extrai-se, da legislação de regência, tratar-se de ato atribuído à autoridade competente (ou, por delegação de competência, ao ordenador de despesa ou, ainda, ao agente encarregado da contratação no âmbito da Administração), a quem cabe indicar os elementos técnicos fundamentais que o apoiam.
8. Nos autos, a justificativa da contratação, foi devidamente vazado em despacho de **requerimento de abertura e no termo de dispensa**. Verifica-se ainda a chancela da autoridade competente à justificativa apresentada encontra-se, de modo que se pode considerar atendida a exigência normativa neste quesito, ao menos no que tange aos seus aspectos jurídico-formais.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, conclui-se que o processo encontra-se apto.

Sucupira do Riachão, 07.01.2020


Idiran Silva do Nascimento
Procurador Jurídico de Carreira